

Ao trigésimo dia do mês de junho de 2021 ocorreu a III reunião ordinária do Conselho Consultivo (CC) do Parque Estadual da Ilha Anchieta (PEIA). A reunião estava marcada para às 14h00 min e, após um período de tolerância conforme o Regimento Interno, teve início às 14h15min. Priscila Saviolo (gestora PEIA) se apresenta, agradece pelas presenças, cita a participação do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Norte (APAMLN) e das equipes da Fundação Florestal (FF), do PEIA e da APAMLN e apresenta a pauta: (i) deliberação sobre as minutas de ata pendentes, (ii) atualização dos programas de gestão do PEIA, (iii) entorno marinho do PEIA, (iv) informes; sobre o item (i) fala que existem atas pendentes de 2020 e 2021 e que foram enviadas as de 2021, inclusive a da Câmara Técnica de Uso Público com monitores autônomos, porque envolvem o projeto de permissão de uso; pergunta sobre ajustes quanto às minutas enviadas e não houve manifestação; sugere fazer a leitura delas em até 10 dias e deliberar sugestões de alteração na próxima reunião e houve concordância; e acrescenta que as minutas de atas de 2020 terão o mesmo procedimento. Marcela Pedro (monitora PEIA) apresenta o Programa de Pesquisa, explica que o banco de dados de pesquisa possui um painel com âncoras que abrem telas com orientações, informações sobre pesquisas, gráficos e tabelas, em um formato que resultou de vários compilados com contribuição de várias pessoas; discorre sobre pesquisas aguardando aprovação, aprovadas, em andamento e concluídas em 2020 e 2021, e uma pesquisa de 2014 que apontou 164 pesquisas cadastradas na COTEC, das quais o PEIA possuía 17 trabalhos finais, e agora possui 118. Gabriela Lourenço (monitora PEIA) fala que o Programa de Educação Ambiental possui um olhar voltado para comunicação e discorre sobre os programas: (a) Trilha das Mudanças Climáticas Globais, com apoio do Instituto de Biociências (USP), focado em docentes e alunos do nono ano da rede pública de Ubatuba e no momento ativo apenas em redes sociais devido à pandemia; (b) Onda Sustentável, oriundo do Comitê Gestor da Bandeira Azul da Marina Kauai, coordenado por Marina Kauai, PEIA, Coco e Cia, APAMLN e Entenda o Lixo, focado em lixo nos mares, consumo consciente e destinação de resíduos, em 2019 atendeu 4 escolas, 111 alunos e formou 41 educadores, e está interrompido por conta da pandemia; (c) Tenda Oceano, que desde 2016 já atendeu 9.395 pessoas e já contou com 17 alunos do Instituto Oceanográfico (IOUSP), em conjunto com o Programa de Voluntariado, e que agora conta com uma bolsista para atuar como centro de cultura e extensão da USP; (d) EAMar, financiado pela USP e com bolsistas, vai ser 100% virtual em 2021 e vai disponibilizar material focado na Década do Oceano às escolas e interessados; (e) Conservação em prosa, que é um podcast com parcerias como Cátedra UNESCO e IOUSP que dará às escolas uma devolutiva sobre pesquisas focadas em unidade de conservação (UC) marinha; (f) um podcast sobre a história da ilha Anchieta, com participação do Programa de Voluntariado, já com um esboço do primeiro episódio. Seidji Kokubo (monitor PEIA) fala sobre o Programa de Comunicação e explana que o perfil do PEIA no Instagram posta temas sobre educação ambiental, fauna, flora, pesquisa, fotos, stories e modelos de datas comemorativas para sensibilizar e educar, e pontua que, com base na quantidade de interações e no tipo de público, se observa aumento de engajamento; comenta sobre a produção de um vídeo sobre os Filhos da Ilha e sobre 8 vídeos produzidos no Programa de Voluntariado de 2018 sobre Aquário Natural, Centro histórico-cultural, trilhas da Restinga e do Engenho, com enfoque em educação e turismo, e mostra um vídeo sobre o Dia do Oceano. Liniker Marcondes (monitor PEIA)





PARQUE ESTADUAL
ILHA ANCHIETA

fala sobre o Programa de Uso Público, recorda que o PEIA reabriu em 20/05/2021, com visitação de quinta a domingo com agendamento prévio por e-mail em que há apoio de 6 voluntários; diz que no primeiro mês pós reabertura houve 231 visitantes, com 36 agendados e 195 não agendados e cita a necessidade de avaliar a visitação no contexto do Plano SP e de divulgar melhor os procedimentos de visitação; fala que a reunião com operadores náuticos em 25/06/2021 abordou agendamento prévio, possibilidade de agendamento no dia da visitação e credenciamento; relembra que os operadores foram contactados por e-mail quanto a interesse em recadastrar e que se espera a entrega dos documentos dos operadores por e-mail; destaca que quando o PEIA estava fechado houve trabalho de manutenção com apoio de monitores autônomos em trilhas, pontes e limpeza das ruínas e que em 2020 foram feitos o Plano de Uso Público e o Sistema de Gerenciamento de Segurança dos atrativos do PEIA. Natalia Hara (monitora PEIA) menciona o projeto de reflorestamento da Petrobras em áreas mostradas em um mapa, com previsão de edital em 2021 e assinatura e execução em 2022; cita o projeto de adensamento e enriquecimento iniciado em junho/2021 pela Secretaria de Administração Penitenciária na área da Restinga; diz que o PEIA tem áreas disponíveis no Programa Nascentes e que há o interesse da empresa Plante Verde e justifica a importância desses programas ao mostrar um mapa do PEIA em que se observa áreas bastante degradadas. Gabriela Lourenço (monitora PEIA) comenta sobre o licenciamento das obras do Pré Sal, em que as APA marinhas, o PEIA e outras UC compõem um grupo de trabalho que estuda e propõe condicionantes com apoio do IBAMA para minimizar os impactos; afirma que o licenciamento da Petrobras está na fase de avaliação do cumprimento das condicionantes da etapa 3 e de recomendações para o estudo de impacto ambiental da etapa 4, e que o licenciamento da empresa Equinor está na etapa de manifestações técnicas para autorizar a licença, com reivindicação de alteração da área de influência, que no momento na costa de SP inclui apenas Ilhabela e Cananeia, e com audiência virtual pública prevista para 05/08/2021. Priscila Saviolo (gestora PEIA) agradece à equipe pela apresentação e pela dedicação, cita outros temas como o Programa de Voluntariado, manejo do coral sol, ações de fiscalização e abre contato para quem quiser saber mais e se envolver; pergunta se há comentários sobre os programas apresentados, não houve manifestação, e segue com a pauta. Diego Hernandez (DLNFF) recorda que houve várias tentativas de criar a UC marinha e espera que a atual proposta tenha êxito; explica que criar um território protegido por lei é um mecanismo de comando e controle para promover conservação do meio ambiente, e que há ainda mecanismos voltados à ordem econômica, como ecoturismo; fala que o desequilíbrio ambiental estimula a criação de UC e que as áreas costeiras, por serem mais povoadas, requerem instrumentos mais potentes de conservação; conta que o projeto do entorno marinho do PEIA integra uma agenda que possui objetivos de desenvolvimento sustentável que envolvem conservação marinha e criação de UC no contexto da Década dos Oceanos, e que na atual década há um foco em produzir ciência aplicada à conservação; explana que uma UC de uso sustentável permite uso ordenado dos recursos naturais e que UC de proteção integral proíbe esse uso, mas permite turismo sustentável e pesquisa científica, e que por essa razão o entorno marinho do PEIA encaixa na categoria parque; detalha que no Brasil existem cerca de 490 parques, dos quais 46 protegem áreas marinhas e 8 são exclusivamente marinhas, e que desses, 224 são parques estaduais, dos quais 24 protegem áreas marinhas e 5 são exclusivamente marinhas; aponta o Parque Estadual Marinho da Laje



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



PARQUE ESTADUAL
ILHA ANCHIETA

de Santos como o único parque exclusivamente marinho em SP e um santuário para aves migratórias, peixes e cetáceos e que atrai mergulhadores, cuja proteção contra caça e pesca irregular ficou dificultada pelas restrições durante a pandemia; acredita que criar a UC marinha vai trazer infraestrutura para sanar a pesca irregular e trazer oportunidade para operadoras de mergulho, e assinala a necessidade de construir com o conselho e parceiros as oportunidades e regras para atingir os objetivos de conservação. Priscila Saviolo (gestora PEIA) explica que no PEIA existe a zona intangível, maior, pouco ocupada e voltada para fiscalização e pesquisa, a zona de recuperação onde ocorrem os projetos de reflorestamento, a zona de uso extensivo, com trilhas e praias com visitação sob regras específicas, e a zona de uso intensivo, onde há a maior parte da visitação, que antes da pandemia era de cerca de 45 mil visitantes/ano; comenta que o investimento de cerca de R\$ 14 milhões obtido na Câmara de Compensação Ambiental (CCA) em 2018 contribuiu para melhorar a efetividade dos programas de gestão do PEIA e promover melhorias em trilhas, áreas de banho, sistemas de saneamento, água e energia, edificações, materiais e equipamentos e sinalização; explicita que a criação da UC marinha não alterará o polígono de interdição de pesca, não aumentará as restrições que já existem, manterá o uso do local para abrigo, fundeio e tráfego de embarcações, mergulho, turismo náutico, atividades recreativas e educativas e salvaguarda humana, e permitirá regulamentar melhor o entorno do PEIA para melhorar os serviços ecossistêmicos e a qualidade da visitação, e recorda que o ordenamento do Aquário Natural do PEIA qualificou a visita a esse atrativo conforme os relatos dos visitantes; explica que a área prevista para a UC marinha é sobreposta por APAMLN, ESEC Tupinambás e GERCO, soma 1713 hectares e 20 km de perímetro e acarreta em aumento de 0,15% de área de proteção integral e de 0% de área de exclusão de pesca; assinala que dados observacionais e de pesquisa mostram que o entorno marinho do PEIA possui alta concentração de ovos, larvas e juvenis, que contribui para manter o estoque pesqueiro em áreas próximas; destaca a presença de 5 espécies de quelônios, com hipótese da Fundação Pró-Tamar sobre a existência de uma população residente de tartaruga de pente, 5 espécies de cetáceos, como a toninha, 200 espécies de peixes ósseos, com 10 delas ameaçadas, como a garoupa, e 22 espécies de peixes elasmobrânquios, com 9 delas ameaçadas. Marcio José (APAMLN) conta que o ordenamento da ilha das Couves veio por portaria da FF após grande mobilização e participação de todos os envolvidos e resultou em benefícios fotográficos, diminuição dos impactos, organização do trade turístico e das comunidades, valorização do local e vinda de um público que vai à ilha para contemplá-la; frisa a importância de garantir a todos o direito de visitá-la e a compatibilização de usos da visitação pública à ilha, com a conservação em primeiro lugar; acrescenta que já será o terceiro ano de ordenamento, com 3 portarias editadas através de um grupo de gestão com representantes de todos os setores e que pode ser aplicado em outros locais. Priscila Saviolo (gestora PEIA) considera que hoje, mesmo com todo o empenho da equipe, não se consegue suprir as necessidades de proteção e fiscalização do entorno marinho do PEIA, mas que a criação da UC marinha vai potencializar esses programas e aprimorar o manejo do coral sol e pesquisa. Rodrigo Victor (FF) pontua que a criação da UC marinha trará mecanismos de gestão para compatibilizar usos, trabalhar com eventuais conflitos e ter acesso mais facilitado a recursos como a CCA, além da perspectiva de conhecimento técnico da FF. Marcio José (APAMLN) fala sobre os recursos advindos dos pagamentos por serviços ambientais (PSA), que são focados na parte terrestre, mas há uma proposta de PSA para



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



PARQUE ESTADUAL
ILHA ANCHIETA

incentivar pescadores a trazer o resíduo do mar, explica que esse projeto tem várias fases e que na primeira serão contemplados alguns municípios e recorda que o ordenamento do PEIA veio por uma condicionante da APAMLN. Priscila Saviolo (gestora PEIA) pontua que os relatórios do estudo sobre o entorno marinho do PEIA estão em fase final e indicam que ele pode se enquadrar na categoria parque, e que está sendo apresentado um resumo desse estudo; frisa a necessidade de apontar instituições para realizar reuniões setoriais e mostra a linha do tempo dessa temática: criação do PEIA (1977) e do polígono de interdição de pesca (1983), proposta da ACIA sobre o tema dentro do CC-PEIA (1997), diagnóstico do Plano de Manejo da APAMLN indicando atenção a essa área (2017), apontamentos no CC-PEIA sobre a importância da questão para sanar problemas da visitação nas praias do Sul e Leste, ida da proposição ao CONSEMA e início das tratativas da FF sobre o projeto (2018), conversa com pesquisadores e parceiros para fazer um estudo (2020), previsão de criação da UC marinha (2021). Rodrigo Victor (FF) acrescenta que o estudo técnico possui base em anos de pesquisas acumuladas no PEIA; detalha o rito de comunicação externa: apresentação da proposta a alguns setores e ao CC-PEIA (junho/2021), reuniões com Poder Público e setores envolvidos (julho/2021 a agosto/2021), previsão de publicação do relatório técnico no site da FF (julho/2021) e de audiência pública (agosto/2021), período para apontamentos, publicação do resumo da proposta no Diário Oficial, novo período para apontamentos e ida da proposta ao CONSEMA para aprovação (setembro/2021), e decreto de criação da UC; ressalta que o ambiente virtual permite fazer mais reuniões e que haverá reuniões presenciais conforme o Plano SP com públicos sem acesso à videoconferência para que ninguém seja excluído e para chegar à audiência pública sem grandes questões pendentes; cita outras formas de comunicação como e-mail e redes sociais e não vê prejuízo em estender os debates após a audiência pública até a apreciação pelo CONSEMA; relata que se examina nomes para a UC marinha e que a governabilidade da FF no processo inclui estudos técnicos, debates com a sociedade e encaminhamento às instâncias pertinentes, e que cabe ao governo do Estado o decreto de criação da UC. Leandro Caetano (GLNFF) lembra que desde a proposta pela ACIA em 1997 houve muitas idas e vindas e agradece a todas as pessoas que contribuíram. Geraldo Ottoni (ICMBIO) conta que apenas a União podia criar parque marinho, mas agora se pretende corrigir isso; menciona que a criação da UC marinha não vai afetar a ninguém e vai facilitar a gestão dessa área que é um ponto fraco no arquipélago; fala que acompanha questão desde que veio para Ubatuba e se diz feliz com a proposta, agradece à gestora do PEIA pela gestão primorosa e a todos os envolvidos e coloca o ICMBIO à disposição para ajudar, e questiona se a sobreposição da UC marinha com a ESEC Tupinambás vai causar dificuldade para conseguir licença para pesquisa. Priscila Saviolo (gestora PEIA) também se diz feliz com as colocações e com o avanço da pauta pela gestão do PEIA. Rodrigo Victor (FF) explana que o polígono de interdição de pesca serve de base para o estudo técnico que vai definir o polígono da UC marinha e ressalta que a sobreposição entre FF e ICMBIO precisa ser discutida porque pode causar confusão e burocracia excessiva, mas traz complementaridade à fiscalização. Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) pontua que para a Fundação Pró-Tamar essa pauta sempre fez sentido porque trará apoio para pesquisa e gestão; denota a importância de conversar exaustivamente para chegar à audiência pública com tudo pacificado; considera necessário conversar com o setor de pesca para explicitar o entendimento de que nada muda e que o entorno do PEIA contribui para a pesca



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO



PARQUE ESTADUAL
ILHA ANCHIETA

artesanal por meio da dispersão de ovos e larvas; fala para conversar com o trade turístico porque tem muito mais charme dizer que Ubatuba tem UC marinha do que dizer que tem um polígono de interdição de pesca; pontua que o atual momento é estranho, em que não se precisa de audiência pública ou autorização para destruir tudo e alterar leis, entende que a ideia é criar outra UC e pergunta se não seria melhor apenas expandir o PEIA. Rodrigo Victor (FF) responde que expansão ou criação de uma nova UC são plausíveis, mas que a equipe técnica da FF é a favor de criar uma nova UC para ter mais apelo no contexto da Década do Oceano e de outros movimentos políticos e para dar ela uma identidade forte. Diego Hernandez (DLNFF) acrescenta que FF discute bastante sobre expansão ou criação e que os ritos procedimentais para ambas são semelhantes, mas que o rito de criação é bem conhecido e está sendo aperfeiçoado. Geraldo Ottoni (ICMBIO) pergunta como vai ser a gestão e Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) questiona como a UC marinha entra no contexto da permissão de uso. Diego Hernandez (DLNFF) responde a Geraldo Ottoni (ICMBIO) que haveria um conselho específico no caso da criação da UC marinha, enquanto que permaneceria o CC-PEIA no caso da ampliação, e que nesse ponto será resolvida a questão da sobreposição das UC, e ressalta que sobreposição no mapa não significa sobreposição em regra; responde a Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) que criar uma nova UC de proteção integral é mais importante dentro do ambiente político e institucional atual, e que a permissão de uso é apenas para o uso público do PEIA e não está sob influência do projeto de criação da UC marinha, embora permita dedicar mais tempo a projetos de conservação e proteção da biodiversidade, como os de restauração florestal em andamento no PEIA e a ideia de restauração de recifes com remoção do coral sol no futuro. Berenice Gomes (Fundação Pró-Tamar) coloca que, independente de expansão ou criação, a Fundação Pró-Tamar vai colaborar em tudo o que for possível. Priscila Saviolo (gestora PEIA) fala que Claudio Gonçalves (CEBIMAR) perguntou se a apresentação será disponibilizada e responde que isso é feito de praxe. Gabriela Lourenço (monitora PEIA) comunica que Lucas Navarro (AMESP) perguntou sobre incluir a atividade da Maricultura nos estudos científicos. Diego Hernandez (DLNFF) responde que uma nova UC de proteção integral não impede trabalhar com pesquisas sobre Maricultura e destaca que o Plano de Manejo da APAMLN, o ordenamento da ilha das Couves e a proteção ao entorno marinho do PEIA coram uma agenda para Ubatuba. Jerri Moraes (Colônia de Pescadores Z-10) se preocupa com a criação de uma UC de proteção integral porque os pescadores trabalham perto delas, passam cerca de 500 embarcações pela Ilha Anchieta e pode haver entendimento diferente pela Polícia Ambiental; lembra que a Laje de Santos era área de pesca e que a APAMLN quando foi criada veio de cima para baixo sem conversa alguma, mas houve resistência dos pescadores; questiona que enquanto falam sobre conservação, abrem a Ilha Anchieta para fazer resort, fala que há comunidades que usam a Ilha Anchieta e que no passado os pescadores iam para lá todo final de ano com a família, levavam o lixo de volta, mas após tantas restrições, se afastaram, e aponta que na que na Ilha das Couves é a mesma coisa; entende a necessidade de não acabar com os ambientes, diz que os pescadores estão com o diálogo aberto e vão acompanhar esse processo, e adverte que se houver prejuízo para os pescadores vai haver tomada de atitude. Priscila Saviolo (gestora PEIA) considera muito válido acompanhar e ter um empenho para não prejudicar o setor de pesca. Diego Hernandez (DLNFF) afirma que há atenção ao setor pesqueiro e que não se pretende retroceder com o que já se comprometeu e fala que ato tendente e salvaguarda em navegação são regidos por



FUNDAÇÃO FLORESTAL



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

regramentos maiores e que o entorno do PEIA vai continuar servindo como abrigo para embarcações; explica que o projeto de permissão de uso do PEIA é levado de forma que não haja perspectiva alguma de construir qualquer outro empreendimento hoteleiro e que o arranjo econômico é altamente sustentável e pode ser benéfico para o desenvolvimento socioambiental do município, e arremata dizendo que esse ponto é inquestionável para a FF. Priscila Saviolo (gestora PEIA) anota a sugestão feita por Leandro Ramalho (AUMAR) no chat sobre fazer reunião com a AUMAR para explicar o projeto, cita a necessidade de marcar reunião com a ATNU e ANUBA, que utilizam o entorno do PEIA fazem parte do CC-PEIA, lembra que houve reunião com representantes da Prefeitura e acredita que Márcio dos Santos (gestor APAMLN) pode fazer a ponte para os conselheiros da APAMLN que queiram conversar dentro do tempo disponível. Marcio dos Santos (gestor APAMLN) lembra que a UC marinha terá um Plano de Manejo que, se houver interesse, pode potencializar a pesquisa sobre Maricultura no Litoral Norte; considera importante não retroceder em instrumentos já pactuados e que o Plano de Manejo da APAMLN veio após longo processo participativo e visa à preservação, mas resguarda a utilização dos territórios por comunidades tradicionais, pescadores artesanais e usos sustentáveis; ressalta que é preciso garantir a passagem dentro da nova UC, que é preciso contemplar o ato tendente porque traz segurança e uma possibilidade de interpretação pelo agente de fiscalização em campo, e que as UC são criadas contendo rodovias e ciclovias e o transporte por essas vias permanece. Priscila Saviolo (gestora PEIA) recorda que as colocações feitas por Jerri Morais (Colônia de Pescadores Z-10), Márcio dos Santos (APAMLN) e Diego Hernandez (DLNFF) já haviam sido feitas mais de uma vez, o que contribui para que não se cometa erro nesse sentido e agradece aos envolvidos na elaboração do relatório técnico em nome de Vinicius Giglio (pesquisador) e Mônica Petti (IOUSP); informa que em julho/2021 virão 8 voluntários ao PEIA para atuar no tema fauna introduzida, com reaplicação do censo feito em 2017 e 2018, acrescenta sobre o censo que se discute realizá-lo duas vezes por ano com coleta de dados por meio do Ciência Cidadã e com análise no laboratório do professor Mauro Galetti (UNESP), e que haverá o encontro entre voluntários, alunos e ex-alunos do professor Mauro Galetti (UNESP), FF e interessados para discutir o tema e os dados das coletas até 2017 e 2018; comenta que o projeto de permissão de uso teve mais escutas de mercado, reuniões, conversas internas e readaptação da modelagem econômico-financeira, a serem informadas ao CC-PEIA; convida a todos para assistir dois programas no canal da FF no Youtube da FF, um que apresenta a Ciência Cidadã e mostra projetos com essa metodologia relacionados ao PEIA, e outro que fala sobre o Programa de Pesquisa, com a participação de Camila Mota (UFVJM), que fez um estudo sobre a calunga, e Heloiza Dezen-Kempter (Unicamp), que apresentou ao CC-PEIA o convênio FAPESP-FF; agradece pelas presenças e encerra a reunião.

